

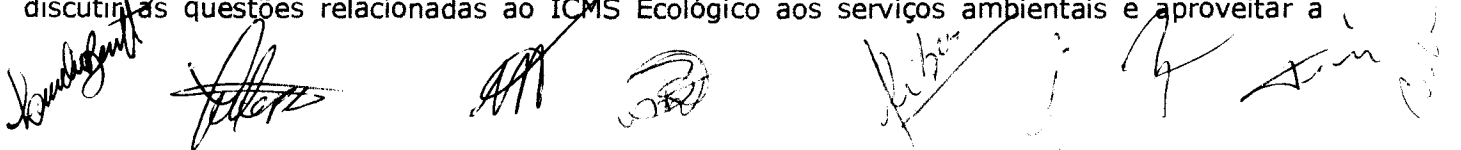


ATA DA 338ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e dez, realizou-se a trecentésima trigésima oitava reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente no auditório da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração - SICM, a partir das nove horas e trinta minutos. Estiveram presentes o conselheiro Eduardo Mattedi secretário executivo e presidente em exercício, representante da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA, e demais membros integrantes, os conselheiros: Reinaldo Moreira Dantas representante da Secretaria de Turismo - SETUR, Marcello Nunes de Abreu representante da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI, André Pinho Joazeiro representante da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração - SICM, Romeu Temporal representante da Secretaria do Planejamento - SEPLAN, Maria Valéria Pereira representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, Flávia Delgado Santana representante da entidade ambientalista Associação Rosa dos Ventos, Iglesias Cabalero representante da entidade ambientalista Instituto de Ação Ambiental da Bahia - IAMBA, Celene Almeida de Brito representante da entidade ambientalista GRIN9 Educação e Gestão Ambiental, José Augusto Saraiva representante da entidade ambientalista Grupo de Defesa e Promoção Sócio Ambiental - GERMEN, Sidivaldo Pereira de Oliveira representante da entidade ambientalista Grupo Ambiental Natureza Bela, Débora Fontes Palmeira representante da entidade ambientalista Movimento Ambientalista ECOTERRA, Paulo Sergio Vila Nova representante da entidade ambientalista Instituto de Estudos Sócios Ambientais do Sul da Bahia - IESB, Rogério Mucugê representante da entidade ambientalista Grupo Ambientalista da Bahia - GAMBÁ, Lucélia de Melo Berbert representante da entidade ambientalista Instituto Floresta Viva, José Augusto Caldas Pinto representante da entidade ambientalista Organização Sócio-Ambientalista Pró Mar, Litercilio Pereira Nonato representante da Colônia de Pescadores Z-49 de Pilão Arcado, Emiliano Santiago representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, João Lopes Araujo representante da Associação de Agricultores Irrigantes da Bahia - AIBA, José Augusto Cerqueira Lima representante da Associação Baiana de Reflorestamento do Distrito Norte da Bahia - ABRE, Irundi Edelweiss representante da Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB, Luiz Fernando Galvão representante do Sindicato da Indústria de Mineração de Pedra Britada do Estado da Bahia - SINDIBRITA, Aurinézio Calheira, Sergio Bastos representante do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari - COFIC, José Cisino Meneses representante da Cooperativa de Desenvolvimento do Agronegócio do Oeste da Bahia - CODEAGRO, Fernanda de Cássia Aguiar representante da Cooperativa Mista de Produção Agropecuária dos Assentados no Projeto Rio de Ondas - COOPERIO e demais convidados. O conselheiro Eduardo Mattedi cumprimentou a todos e como havia *quorum* regimental deu-se início a sessão. Constaram em pauta: informações sobre a Agenda Governamental, Meio Ambiente e Economia; apresentação sobre a Cidade de Luiz Eduardo Magalhães; apreciação da Ata da 337ª reunião ordinária; relato de Processos com pedido de vistas, novos e de Gestão Ambiental Compartilhada. O conselheiro Mattedi falou sobre o processo de construção e desenvolvimento da Agenda Governamental, Meio Ambiente e Economia a partir de uma ação provocada pela Secretaria do Meio Ambiente e conta com a participação das Secretarias de Planejamento, Infraestrutura, Fazenda, e Ciência, Tecnologia e Inovação; ressaltou que essa Agenda teria como objetivo discutir as questões estruturais relacionadas com o licenciamento ambiental, a exemplo das propostas do ICMS Ecológico, remuneração por serviços ambientais, estudos sobre soluções energéticas no Estado; falou das dificuldades de se trabalhar para encontrar os indicadores para as questões relacionadas ao ICMS Ecológico; sugeriu que fosse constituído um grupo de conselheiros para discutir e acompanhar e apresentar soluções a essas questões. Em seguida passou para a conselheira Fernanda Aguiar que fez uma apresentação sobre o município de Luiz Eduardo Magalhães; disse que o município estava em desenvolvimento e em expansão; fez demonstração dos investimentos e da produção agrícola, bem como os portes de empreendimentos previstos com pendências de licenciamento; ressaltou que a prefeitura teria muito interesse em trabalhar a gestão ambiental. O conselheiro Luiz Galvão destacou o valor do ativo ambiental e pensar na criação de um anel rodoviário naquela região. O conselheiro Rogério Mucugê comentou sobre a necessidade de rever a questão do que seria crescimento e desenvolvimento; verificar a conjuntura regional para diagnosticar em que ponto poderia ser avançado. A conselheira Lucélia Berbert pediu a palavra para o Sr. Rui Rocha que considerou importante a apresentação e fez

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

comentários quanto à necessária governança de um território. O conselheiro Paulo Vila Nova solicitou informações sobre a real situação do Zoneamento Econômico Ecológico no Estado. O conselheiro Iglesias Cabalero reiterou a necessidade de estudar o trâmite do processo de licenciamento desde a sua origem. O conselheiro Eduardo Mattedi fez observações quanto a construção da tabela de tipificação previstas sobre as atividades licenciáveis e as devidas atualizações de acordo a realidade de cada município; propôs realizar algumas reuniões deste Conselho em outros municípios a exemplo do Oeste e Extremo Sul. Passou para a apreciação da Ata da 337ª reunião ordinária e foi aprovada com as complementações solicitadas pela conselheira Sueli Abad. O conselheiro José Caldas devolveu os processos avocados referente ao empreendimento CLUB MED e apresentou um parecer com proposta de reavaliação dos condicionantes, ponderando os condicionantes aplicados na unidade implantada no município de Itaparica foram excessivos com relação ao município de Porto Seguro, em Trancoso; ressaltou a existência efetiva de fiscalização por parte do Instituto do Meio Ambiente – IMA para uma unidade quando deveria dar o mesmo tratamento aos dois. O conselheiro Sergio Bastos sugeriu que fosse encaminhada a avaliação do conselheiro José Caldas ao IMA para esclarecimentos e posteriormente retornar ao Conselho com as devidas solução. Passou para a apreciação dos Processos; foi pedido a inversão de pauta com relação ao **Processo nº 2008-01522/TEC/LL-0090 – BAHIA MINERAÇÃO LTDA** com pedido de vistas, o conselheiro Mattedi informou o recebimento da Recomendação do Ministério Público elaborada em conjunto Núcleo de Defesa da Bacia do Rio São Francisco e o Núcleo de Patrimônio, Artístico e Cultural, acerca do Complexo Minerário Pedra de Ferro, na qual solicitava a suspensão do processo de concessão da licença de localização ao empreendimento Bahia Mineração Ltda., para que sejam atendidos os pontos dessa Recomendação, bem como o voto dos conselheiros revisores com pedido de diligência com vários questionamentos que deverão ser analisados pelo IMA; esses documentos foram distribuídos aos conselheiros naquele momento para conhecimento. Passou para apreciação de processos novos: **Processo nº 2009-017687/TEC/LL-0041 – COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA – CODEBA**, referente ao pedido de Licença de Localização para instalação portuária no município de Candeias, conselheiro relator Sergio Bastos apresentou voto favorável. O conselheiro Mattedi colocou em discussão. O conselheiro José Saraiva manifestou preocupação quanto a esse pedido de licença e considerou a necessidade da existência de uma licença global por se tratar da área do porto de Aratu. O conselheiro André Joazeiro esclareceu que foi criada a Secretaria Extraordinária do da Indústria Naval e Portuária e no Plano de Trabalho estava contemplado a elaboração de um Plano Diretor para área de Aratu; foi sugerido uma apresentação desse plano de trabalho pelo Secretário dessa Secretaria focado na solução conjunta do Porto de Aratu. Após a discussão foi colocado em votação e foi aprovada a licença com uma abstenção. **Processo nº 2009-030576/TEC/LL-0060 – COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA**, referente ao pedido de licença de Localização para implantação de linha de distribuição de energia elétrica no município de Correntina, conselheira relatora Ana Maria apresentou voto favorável; **Processo nº 2008-01928/TEC/LO-0141 – ADECO AGROPECUÁRIA BRASIL LTDA**, referente ao pedido de licença de operação para beneficiamento de café, agricultura irrigada e de sequeiro no município de Barreiras, conselheiro relator Guilherme Moura que apresentou voto favorável, foram aprovados sob rito sumário. Passou para apreciação de processos de Gestão Ambiental Compartilhada para adequação aos artigos 7º e 8º da Resolução nº 3925/2009, diligenciados: **Processo nº 1420090020237 – Prefeitura de Nova Viçosa**, conselheira Sueli Abad que apresentou voto com pedido de continuidade a diligência por falta de complementação de documentos; **Processo nº 1420090004150 – Prefeitura de Prado**, conselheira Sueli Abad apresentou voto favorável. **Processo nº 1420090020261 – Prefeitura de Candeias**, conselheiro José Saraiva que apresentou voto favorável. **Os processos novos nºs 1420090001666; 1420090001356; 1420080053269; 1420090001364; 1420090030003; 1420090001330; 1420090001658; 1420090000910; 1420090001372**; Prefeituras de Luiz Eduardo Magalhães, Juazeiro, Pojuca, Camaçari, Caravelas, Mucuri, Una, Bonito e Jequiçá que solicitaram manifestação de opção referente ao nível de licenciamento estabelecido no Anexo Único, visando a publicidade de sua competência foram analisados na Câmara Técnica de Gestão Ambiental Compartilhada e o conselheiro José Saraiva apresentou o parecer favorável ao reconhecimento com exceção da Prefeitura de Pojuca que não atendeu as condicionantes estabelecidas pela Câmara Técnica e ficará em diligência. Em seguida o conselheiro Paulo Vila Nova solicitou que fosse realizada reunião da Comissão do Cadastro Estadual de Entidades Ambientalistas – CEEA, bem como uma reunião da Câmara Técnica de Políticas Públicas para discutir as questões relacionadas ao ICMS Ecológico aos serviços ambientais e aproveitar a



118 experiência do Seminário específico sobre serviços ambientais realizado no Sul da Bahia em
119 2009. Passou a apreciação do Processo com pedido de vistas da Bahia Mineração Ltda.,
120 município de Caetité; o conselheiro Paulo Vila Nova representou os demais conselheiros José
121 Augusto Saraiva e Lucélia Berbert que juntamente pediram vistas a esse processo; justificou
122 que o pedido de vistas foi fundamentado devido ao tempo insuficiente após recebimento do
123 Processo para uma análise mais aprofundado tendo em vista a quantidade de volumes de
124 documentos anexos ao processo e dado a relevância da matéria; apresentou o voto ao plenário
125 com os pontos que foram questionados pelo grupo; ressaltou que contou com o apoio das
126 entidades ambientalista GAMBÁ e Instituto Floresta Viva, bem como representantes de
127 Universidades; destacou que o processo não apresentou informações fundamentais para uma
128 análise consistente dos impactos sociais e ambientais, bem como a não apresentação dos
129 documentos básicos que precedem a licença. O conselheiro Mattedi colocou em discussão: a
130 conselheira Lucélia Berbert solicitou passar a palavra ao Sr. Rui Rocha representante do
131 Instituto Floresta Viva que registrou que a estrutura de logística para implantação dessa
132 Mineração não estaria bem definida; citou que as atas das audiências públicas registraram
133 bastantes questionamentos com relação a essa mineradora; ressaltou a restrição de oferta
134 hídrica nessa região; parabenizou a equipe técnica do IMA pela condução dos trabalhos perante
135 as audiências públicas para fundamentação do Parecer Técnico. O conselheiro Luiz Galvão fez
136 observações favoráveis à realização de estudos mais detalhados aos impactos negativos,
137 contudo fossem considerados os impactos positivos, tanto para a comunidade, bem como para
138 o Estado; levar em conta a necessidade de criação de uma Ferrovia pelo valor do minério de
139 ferro e a escala de produção. O conselheiro Romeu Temporal teceu alguns comentários com
140 relação as dificuldades enfrentadas pelo Governo para criação de uma Ferrovia; ressaltou que o
141 principal projeto do plano estratégico para o desenvolvimento do Estado da Bahia seria a
142 construção de uma ferrovia, mas considerava um grande desafio. O conselheiro Rogério Mucugê
143 falou que faltava discutir os índices sociais para esse projeto; reforçou que muitos estudos
144 complementares serão necessários para a fase de Licença de Localização; registrou que não
145 constatou o Anuência da Prefeitura, bem como o documento do IPHAN. O conselheiro Mattedi
146 passou a palavra a Sra. Luciana Khoury promotora do Ministério Público Estadual que, de posse
147 da Recomendação apresentou considerações no sentido da legalidade e repassou algumas
148 diretrizes dessa Recomendação; disse que a preocupação do Ministério seria basicamente com
149 os pactos dos ritos eleitos para o licenciamento ambiental, para que sejam cumpridos; disse
150 que existia a anuência do IPHAN, mas com relação a determinados sítios arqueológicos;
151 destacou que por essas e outras razões os condicionantes apontados na Recomendação desse
152 Ministério não deverão ser postergados para a Licença de Implantação; chamou a atenção de
153 todos para a geração de responsabilidades; falou da importância de consenso com a
154 comunidade na sua realidade naquilo que poderá causar impactos locais. O conselheiro
155 Mattedi passou a palavra ao técnico Dirceu Martins do IMA que prestou alguns esclarecimentos
156 técnicos. Passou a palavra a Sra. Dinalva Celeste Fonseca representante da empresa SETE
157 Soluções e Consultoria Ambiental empresa que elaborou um EIA/RIMA; fez algumas
158 observações; falou das oficinas preparatórias seguidas de audiências públicas que foram
159 realizadas no município considerando um processo bastante participativo. O conselheiro Mattedi
160 propôs o encaminhamento da matéria, enviar o voto de diligenciamento ao IMA, para que o
161 mesmo possa construir um posicionamento sobre todos os pontos apresentados. O conselheiro
162 Josemário Martins sugeriu uma apresentação sobre a Ferrovia Oeste-Leste. O conselheiro
163 Rogério Mucugê sugeriu adicionar a esse posicionamento a Recomendação do Ministério Público
164 considerando os vários pontos elencados; solicitou avaliar a necessidade de reunião conjunta
165 dos conselheiros com os técnicos do IMA. O Sr. Dirceu Martins registrou que assim que o IMA
166 estiver embasamento aos questionamentos e a Recomendação do MP convocará os conselheiros
167 para conhecimento, acompanhamento e discussões finais. Por fim, todos concordaram com o
168 encaminhamento. Foi distribuída cópia do Projeto ICMS Ecológico aos conselheiros. Sem mais
169 nada a ser discutido, a sessão foi encerrada às 17h00. Eu, Eliuda Soares Costa dos Santos lavro
170 esta Ata que vai assinada por mim e os demais integrantes deste Conselho. Salvador, 29 de
171 janeiro de 2010.

172 **Presidente:**

173 Eduardo Mattedi Werneck – SEMA

174 **Membros:**

175 André Pinho Joazeiro – SICM

176 Aurinézio Calheira – COFIC

177 Celene Almeida de Brito – GRIN9

178 Débora Fontes Palmeira – ECOTERRA

- 179 Emiliano Santiago - ABES *[Signature]*
180 Fernanda de Cássia Aguiar - COOPERIO
181 Flávia Delgado Santana - Associação Rosa dos Ventos
182 Iglesias Cabalero - IAMBA *[Signature]*
183 Irundi Edelweiss - Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB *[Signature]*
184 João Lopes Araujo - AIBA
185 José Augusto Caldas Pinto - PRÓ MAR
186 José Augusto Cerqueira Lima - ABRE *[Signature]*
187 José Augusto Saraiva - GERMEN *[Signature]*
188 José Cisino Meneses - CODEAGRO *[Signature]*
189 Josemário Martins - STR Itacaré
190 Litércilio Pereira Nonato - Colônia de Pescadores Z-49 PILÃO ARCADEO *[Signature]*
191 Lucélia de Melo Berbert - Instituto Floresta Viva *[Signature]*
192 Luiz Fernando Galvão - SINDBRITA
193 Marcello Nunes de Abreu - SEAGRI *[Signature]*
194 Maria Valéria Pereira - SEDUR
195 Paulo Sergio Vila Nova - IESB *[Signature]*
196 Reinaldo Moreira Dantas - SETUR
197 Rogério Mucugê - GAMBÁ *[Signature]*
198 Romeu Temporal - SEPLAN
199 Sergio de Almeida Bastos - SINPEQ
200 Sidivaldo Pereira de Oliveira - NATUREZA BELLA

[Signature] Luciana Danielle Rebas - SICM